



ESTATUTO

CAPITULO I

Denominação, sede, fins, duração e funcionamento

Artigo 1º

Denominação e Sede

- 1 - O CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA E CASTELHANA, adiante designado, abreviadamente, por CECPC-CICPC, é uma Associação sem fins lucrativos, representativa dos Engenheiros Civis que sejam membros das Associações, Sociedades, Colégios, Conselhos, Ordens Profissionais e outras organizações afins de índole profissional, que a integram e representam em cada país os engenheiros civis, de acordo com os estatutos próprios de cada associação nacional.
- 2 - O **CECPC-CICPC** tem a sua sede em Lisboa (PT), na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3-D, em Lisboa (PT), podendo abrir representações em quaisquer países e localidades.
- 3 - Por deliberação da Assembleia-Geral a Sede da **CECPC-CICPC** pode mudar para outra localidade do país onde está situada ou para qualquer outro país onde existam membros seus de pleno direito.
- 4 - O país do Presidente eleito terá uma sede administrativa com a finalidade de viabilizar a gestão operacional do **CECPC-CICPC**.

Artigo 2º

Fins

O **CECPC-CICPC** tem por fins:

- a) Promover o intercâmbio e o debate de questões de interesse comum entre os seus membros, nomeadamente através da realização anual do Encontro do **CECPC-CICPC**;
- b) Defender os valores éticos e deontológicos da profissão de engenheiro civil, bem como as suas características e interesses;
- c) Promover a formação e o reconhecimento de competências dos engenheiros civis;

CAPÍTULO I

Denominación, sede, fines, duración y funcionamiento

Artículo 1

Denominación y Sede

- 1 - EL CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA, en adelante denominado abreviadamente CECPC-CICPC, es una Asociación sin ánimo de lucro, representativa de los Ingenieros Civiles que sean miembros de las Asociaciones, Sociedades, Colegios, Consejos, Órdenes Profesionales y otras organizaciones afines de índole profesional, que la integran y representan en cada país a los ingenieros civiles, de acuerdo con los estatutos propios de cada asociación nacional.
- 2 - El **CECPC-CICPC** tiene su sede en Lisboa (PT), en la Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3-D, pudiendo abrir representaciones en cualesquiera países y localidades.
- 3 - Por decisión de la Asamblea General, la Sede de la **CECPC-CICPC** puede trasladarse a otra localidad del país donde está situada o a cualquier otro país donde existan miembros suyos de pleno derecho.
- 4 - El país del presidente electo contará con una oficina administrativa con la finalidad de permitir la gestión operativa del **CECPC-CICPC**.

Artículo 2

Fines

Los fines del **CECPC-CICPC** son:

- a) Promover el intercambio y el debate de cuestiones de interés común entre sus miembros, especialmente mediante la realización anual del Encuentro del **CECPC-CICPC** ;
- b) Defender los valores éticos y deontológicos de la profesión de ingeniero civil, así como sus características e intereses;
- c) Promover la formación y el reconocimiento de competencias de los ingenieros civiles;



ESTATUTO

- | | |
|--|---|
| <p>d) Promover a aplicação dos princípios assumidos perante a sociedade e que constam da Declaração de Lisboa (PT), assinada em 12 de Março de 2008, e nas posteriores Declarações aprovadas em Encontros;</p> <p>e) Promover a concretização dos compromissos de cooperação e de reconhecimento profissional entre associações, conforme estabelecido na Declaração de Lisboa;</p> <p>f) Coordenar os meios de atuação destinados a fortalecer, promover e divulgar a engenharia civil e a profissão de engenheiro civil, bem como os seus aperfeiçoamentos;</p> <p>g) Representar o conjunto dos seus membros junto das organizações públicas e privadas internacionais, sem prejuízo do direito que estatutariamente assiste a cada membro da CECPC-CICPC de se fazer representar.</p> <p>h) Organizar, com uma periodicidade mínima de 3 anos, o Congresso de Engenharia Civil de Língua Portuguesa e Castelhana.</p> | <p>d) Promover la aplicación de los principios asumidos ante la sociedad, que constan en la Declaración de Lisboa (PT), firmada el 12 de Marzo del 2008 y de las posteriores Declaraciones aprobadas en los demás Encuentros;</p> <p>e) Promover la aplicación de los compromisos de cooperación y de reconocimiento profesional entre asociaciones, de acuerdo con lo que se establece en la Declaración de Lisboa (PT);</p> <p>f) Coordinar los medios de actuación destinados a fortalecer, promover y divulgar la ingeniería civil y la profesión de ingeniero civil, así como su perfeccionamiento;</p> <p>g) Representar al conjunto de sus miembros ante las organizaciones públicas y privadas internacionales, sin perjuicio del derecho que estatutariamente asiste a cada miembro del CECPC-CICPC de hacerse representar.</p> <p>h) Organizar con una periodicidad mínima de 3 años, el Congreso de Ingeniería Civil de Lengua Portuguesa y Castellana.</p> |
|--|---|

Artigo 3º
Duração e funcionamento

- 1 - O **CECPC-CICPC** tem duração indeterminada.
- 2 - O **CECPC-CICPC** funciona através dos seus órgãos, nos termos previstos nos presentes estatutos, nas regras de direito internacional aplicáveis e nos termos da legislação do país em que tiver a sua Sede.

CAPÍTULO II
Membros
Artigo 4º
Membros de Pleno Direito

- 1 - Os membros de pleno direito podem ser:
 - a) Nacionais;
 - b) Transnacionais.
- 2 - São admitidas como membros de pleno direito do **CECPC-CICPC** as entidades nacionais e transnacionais que participaram no 1.º ou no 2.º Encontro do

Artículo 3
Duración y funcionamiento

- 1 - El **CECPC-CICPC** tiene una duración indeterminada.
- 2 - El **CECPC-CICPC** funciona a través de sus órganos, con arreglo a lo previsto en los presentes Estatutos, a las normas de derecho internacional aplicables y a lo estipulado por la legislación del país donde tenga su Sede.

CAPÍTULO II
Miembros
Artículo 4
Miembros de pleno derecho

- 1 - Los miembros de pleno derecho podrán ser:
 - a. Miembros Nacionales
 - b. Miembros Transnacionales
- 2 - Son admitidas como miembros de pleno derecho del **CECPC-CICPC** las entidades nacionales y transnacionales que participaron en el 1º o en el 2º



ESTATUTO

CEPC-CICPC celebrados em 2008 em Lisboa (PT) e Brasília (BR).

3 - Outras associações de natureza jurídica e perfil profissional equivalente de países cuja língua oficial seja o português ou o castelhano, que representem Engenheiros Civis com um enquadramento científico, deontológico e disciplinar de elevada exigência, que, para admissão dos seus próprios membros, tenham como requisitos:

- a) A titularidade de grau académico de nível superior, obtido após conclusão de curso de engenharia civil com duração mínima de 5 anos;
- b) A prestação de estágio profissional ou equivalente;
- c) Responsabilidade, independência intelectual, autonomia profissional e confiança social;
- d) O cumprimento de exigentes regras éticas e deontológicas.

4 - Podem ser admitidos como membros nacionais, um máximo de 2 entidades por país, das quais, uma tenha capacidade reconhecida pelo estado para a regulação do exercício da profissão de engenheiro civil

5 - O pedido de admissão de novas associações é apresentado à Direção, que emite o seu parecer, não vinculativo, sendo aprovado pela Assembleia-Geral, com o voto favorável de três quartos dos membros presentes na mesma.

Artigo 5º

Membros Observadores

- 1 - Podem ser admitidos como observadores as organizações que não reunindo os requisitos previstos no presente estatuto para se tornarem membros de pleno direito, representem os engenheiros civis nos respetivos países em âmbito nacional ou transnacional.
- 2 - A admissão como observadores processa-se nos termos indicados nos números 3 e 5 do artigo anterior.

Encuentro de CECPC-CICPC celebrados en 2008 en Lisboa (PT) y Brasilia (BR).

3 - Otras asociaciones de naturaleza jurídica y perfil profesional equivalente de países cuya lengua oficial sea el portugués o el castellano, que representen a Ingenieros Civiles con un encuadre científico, deontológico y disciplinario de elevada exigencia, que, para admisión de sus propios miembros, tengan como requisitos:

- a) La titularidad de grado académico de nivel superior, obtenido tras la conclusión de titulación de ingeniería civil con una duración mínima de 5 años;
- b) La realización de prácticas profesionales o equivalente;
- c) Responsabilidad, independencia intelectual, autonomía profesional y confianza social;
- d) El cumplimiento de exigentes reglas éticas y deontológicas.

4 – Podrán ser admitidos como miembros nacionales un máximo de dos entidades por país, de las cuales una tenga capacidad regulatoria reconocida por el Estado de la profesión de ingeniero civil.

5 – La solicitud de admisión de nuevas asociaciones será presentada a la Junta Directiva, que emitirá informe no vinculante, siendo aprobada por la Asamblea General, con el voto favorable de tres cuartos de los miembros presentes en la misma.

Artículo 5

Miembros Observadores

- 1 - Pueden ser admitidas como miembros observadores las organizaciones que, no reuniendo los requisitos previstos en el presente estatuto para convertirse en miembros de pleno derecho, representen a ingenieros civiles en ámbito nacional o transnacional.
- 2 - La admisión como observadores se desarrollará con arreglo a lo indicado en los puntos tres y cinco del artículo anterior.



ESTATUTO

Artigo 6º

Membros honorários

- 1 - A título excecional poderão ser admitidos como membros honorários, personalidades inscritas nas associações que pertençam ao CECPC-CICPC e cujo contributo para a Engenharia Civil ou para os fins do CECPC-CICPC seja considerado altamente relevante.

Artigo 7º

Exclusão de membros

- 1 - A qualidade de membro perde-se:
 - a) Por vontade do membro manifestada por escrito;
 - b) Pela prática de uma conduta gravemente contrária aos estatutos, ou que desprestige o CECPC-CICPC, ou que perturbe o seu normal funcionamento, ou que seja expressão de ato ou omissão manifestamente lesivos dos fins do CECPC-CICPC;
 - c) Por deixar de preencher os requisitos indicados no artigo 4.º vale consoante os casos.
- 2 - Os membros só podem ser excluídos sob proposta fundamentada subscrita pela Direção ou por cinco outros membros, apresentada à Assembleia-Geral e aprovada por maioria de três quartos dos membros aí representados.
- 3 - O membro cuja exclusão seja proposta, deve ser sempre convocado, com uma antecedência nunca inferior a dez dias, para apresentar a sua defesa por escrito, sem prejuízo do direito de a expressar na própria Assembleia-Geral.

CAPÍTULO III

Eleição e mandato

Artigo 8º

Eleição e mandato

- 1 - São elegíveis para os órgãos sociais do CECPC-CICPC os membros nacionais de pleno direito.
- 2 - A duração dos mandatos é de três anos, podendo haver reeleições para o mesmo ou outro cargo, por

Artículo 6

Miembros honorarios

- 1 - A título excepcional podrán ser admitidos como miembros honorarios, personalidades inscritas en las asociaciones que pertenezcan al **CECPC-CICPC** y cuya contribución a la Ingeniería Civil o a los fines del **CECPC-CICPC** sea considerada altamente relevante.

Artículo 7

Exclusión de miembros

- 1 - La condición de miembro se pierde:
 - a) Por voluntad del miembro manifestada por escrito;
 - b) Por la práctica de una conducta gravemente contraria a los Estatutos, o que desprestige al **CECPC-CICPC**, o que perturbe su normal funcionamiento, o que sea expresión de acto u omisión manifestamente lesivos de los fines del **CECPC-CICPC**.
 - c) Por dejar de cumplir los requisitos indicados en el artículo 4, según los casos.
- 2 - Los miembros sólo pueden ser excluidos mediante propuesta fundamentada suscrita por la Junta Directiva o por otros cinco miembros, presentada a la Asamblea General y aprobada por una mayoría de tres cuartos de los miembros en ella representados.
- 3 - El miembro cuya exclusión sea propuesta, debe ser siempre convocado, con una antelación nunca inferior a diez días, para presentar su defensa por escrito, sin perjuicio del derecho de expresarla en la propia Asamblea General.

CAPÍTULO III

Elección y mandato

Artículo 8

Elección y mandato

- 1 - Serán elegibles para los órganos sociales del CECPC-CICPC los miembros nacionales de pleno derecho.
- 2 - La duración de los mandatos es de tres años, pudiendo haber reelecciones al mismo u a otro



ESTATUTO

uma ou mais vezes.

- 3 - O procedimento eleitoral é objeto de regulamento próprio.

CAPÍTULO IV **Órgãos sociais do CECPC-CICPC**

SECÇÃO I **Órgãos sociais**

Artigo 9º **Órgãos sociais**

- 1 - São órgãos sociais do CECPC-CICPC:

- a) A Assembleia-Geral;
- b) A Direção;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) A Secretaria-Geral.

- 2 - De entre os órgãos, são elegíveis a Direção e o Conselho Fiscal.

SECÇÃO II **Assembleia-Geral**

Artigo 10º **Composição, voto, direção e competência**

- 1 - A Assembleia-Geral é composta pelos membros do CECPC-CICPC.
- 2 - Só os membros de pleno direito do CECPC-CICPC têm direito a votar, cabendo um voto a cada, o qual é exercido pelo representante que, para o efeito, for designado.
- 3 - Não se admitem delegações de voto entre os membros.
- 4 - Os membros observadores e os membros honorários podem participar na Assembleia-Geral e usar da palavra, nos mesmos termos dos membros de pleno direito, mas não têm direito a votar.
- 5 - A Assembleia-Geral é dirigida por uma Mesa composta por um Presidente e dois Vice-Presidentes, que serão eleitos entre os presentes no

cargo, por una o más veces.

- 3 - El procedimiento electoral será objeto de regulación específica.

CAPÍTULO IV **Órganos sociales del CICPC**

SECCIÓN I **Órganos sociales**

Artículo 9 **Órganos Sociales**

- 1 - Son órganos sociales del CECPC-CICPC:

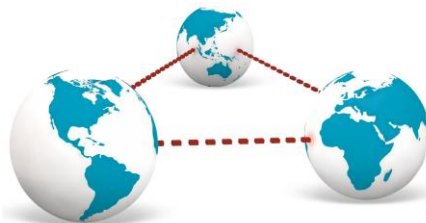
- a) La Asamblea General ;
- b) La Junta Directiva;
- c) El Comité de Auditoría;
- d) La Secretaría General

- 2 - De ellos son electivos la Junta Directiva y el Comité de Auditoría.

SECCIÓN II **Asamblea General**

Artículo 10 **Composición, voto, Junta Directiva y competencia**

- 1 - La Asamblea General está compuesta por los miembros del CECPC-CICPC.
- 2 - Sólo los miembros de pleno derecho del CECPC-CICPC tienen derecho a votar, cabiendo un voto a cada uno de ellos, que será ejercido por el representante que, a ese efecto, fuere designado.
- 3 - No se admitirá delegación de voto entre miembros.
- 4 - Los miembros observadores y los miembros honorarios podrán participar en la Asamblea General y hacer uso de la palabra, de la misma forma que los miembros de pleno derecho, pero no tienen derecho a votar.
- 5 - La Asamblea General estará dirigida por una Mesa compuesta por un Presidente y dos Vicepresidentes que serán elegidos al comienzo de cada Asamblea



ESTATUTO

início de cada Assembleia-Geral.

6 - Compete à Assembleia-Geral:

- a) Eleger e destituir os membros da Mesa da Assembleia-Geral;
- b) Eleger e destituir o Presidente CECPC-CICPC e os restantes membros da Direção;
- c) Eleger e destituir o Presidente e os restantes membros do Conselho Fiscal;
- d) Discutir e votar o plano de atividades anual;
- e) Discutir e votar o relatório do exercício anual;
- f) Deliberar sobre a admissão e exclusão de membros;
- g) Apreciar e aprovar as linhas gerais de atuação propostas pela Direção;
- h) Aprovar os regulamentos indicados no artigo 25.º;
- i) Deliberar sobre propostas de alteração dos Estatutos;
- j) Deliberar sobre a dissolução e liquidação do CECPC-CICPC;
- k) Ratificar as decisões da Direção de adesão a organizações internacionais;
- l) Designar o local de realização de cada Encontro do CECPC-CICPC;
- m) Deliberar sobre qualquer assunto previsto na Lei ou nos Estatutos cuja competência não esteja cometido a outro órgão.

SECÇÃO III Direção

Artigo 11.º Composição

- 1 - A Direção é composta pelo Presidente do CECPC-CICPC, que a ela preside, por um Vice-Presidente e três Vogais, todos eles de distintos países.

General.

6 - Compete a la Asamblea General :

- a) Elegir y destituir a los miembros de la Mesa de la Asamblea General ;
- b) Elegir y destituir al Presidente del CECPC-CICPC y a los restantes miembros de la Junta Directiva;
- c) Elegir y destituir al Presidente y a los restantes miembros del Comité de Auditoría;
- d) Discutir y votar el plan de actividades anual;
- e) Discutir y votar el informe del ejercicio anual;
- f) Decidir sobre la admisión y exclusión de miembros;
- g) Examinar y aprobar las líneas generales de actuación propuestas por la Junta Directiva;
- h) Aprobar los reglamentos indicados en el artículo 25;
- i) Decidir sobre propuestas de modificación de los Estatutos;
- j) Decidir sobre la disolución y liquidación del CECPC-CICPC;
- k) Ratificar las decisiones de la Junta Directiva de adhesión a organizaciones internacionales;
- l) Designar el lugar de celebración de cada Encuentro del CECPC-CICPC;
- m) Decidir sobre cualquier asunto previsto en la ley o en los Estatutos cuya competencia no esté atribuida a otro órgano.

SECCIÓN III Junta Directiva

Artículo 11 Composición

1. La Junta Directiva está compuesta por el Presidente del **CECPC-CICPC**, que la preside, por un Vicepresidente y tres Vocales, todos ellos de distintos países.



ESTATUTO

2 - Os representantes dos membros integrantes da Direção, são obrigatoriamente os Presidentes em exercício das respetivas entidades sempre que sejam Engenheiros Civis ou, não o sendo, devem delegar ou fazer-se acompanhar de um engenheiro civil.

Artigo 12.º

Competência da Direção

1 - Compete, em especial, à Direção:

- a) Assegurar a gestão e o desenvolvimento das atividades do CECPC-CICPC;
- b) Receber os pedidos e emitir propostas e pareceres sobre a admissão e a exclusão de membros;
- c) Convidar organizações, que cumpram os requisitos necessários a ser admitidos como membros do CECPC-CICPC e submeter à aprovação pela Assembleia-Geral;
- d) Elaborar o plano de atividades e o relatório do CECPC-CICPC;
- e) Enviar ao Conselho Fiscal um relatório semestral da atividade financeira do CECPC-CICPC, bem como o relatório e contas anual, para efeitos de parecer;
- f) Elaborar e propor as linhas gerais de atuação do CECPC-CICPC;
- g) Elaborar propostas de alteração dos Estatutos;
- h) Elaborar e propor os regulamentos necessários ao bom funcionamento do CECPC-CICPC;
- i) Aderir, em nome do CECPC-CICPC a organizações internacionais a ratificar pela Assembleia-Geral;
- j) Designar os representantes do CECPC-CICPC, para os lugares que lhe couberem ou para que for convidado, nomeadamente nas organizações internacionais;

2. Todos los representantes de los miembros integrantes de la Junta Directiva serán obligatoriamente los Presidentes en ejercicio de dichas entidades siempre que sea Ingeniero Civil o, en su defecto, deberá nombrar o hacerse acompañar de un ingeniero civil.

Artículo 12

Competencias

1 - Compete, em especial, a la Junta Directiva:

- a) Asegurar la gestión y el desarrollo de las actividades del CECPC-CICPC;
- b) Recibir las peticiones y emitir propuestas y dictámenes sobre la admisión y la exclusión de miembros;
- c) Invitar a organizaciones que a su juicio cumplan los requisitos necesarios a adherirse como miembros al CECPC-CICPC y someter la propuesta a la Asamblea General;
- d) Elaborar el plan de actividades y el informe del CECPC-CICPC;
- e) Enviar al Comité de Auditoría un informe semestral de la actividad financiera del CICPC-CEPC, así como el informe y cuentas anuales, para obtener su dictamen;
- f) Elaborar y proponer las líneas generales de actuación del CECPC-CICPC;
- g) Elaborar propuestas de modificación de los Estatutos;
- h) Elaborar y proponer los reglamentos necesarios para el buen funcionamiento del CECPC-CICPC;
- i) Incorporarse en nombre del CECPC-CICPC a organizaciones internacionales, a ratificar por la Asamblea General;
- j) Designar a los representantes del CECPC-CICPC, en los puestos que le correspondan o en los que sea invitado, especialmente en las organizaciones internacionales;



ESTATUTO

k) Deliberar ou propor, consoante os casos, sobre todos os assuntos que, por Lei ou pelos presentes estatutos e regulamentos, seja competente.

2 - A Direção pode delegar no Presidente do CECPC-CICPC as competências previstas nas alíneas a), b), e) e k) do número anterior.

3 - Em caso de necessidade e urgência o Presidente do CECPC-CICPC pode assumir quaisquer das competências atribuídas à Direção, desde que, não reunindo a mesma, sejam ouvidos os restantes membros da Direção e, pelo menos dois, manifestem, por escrito, a sua aprovação.

Artigo 13.º

Presidente do CECPC-CICPC

1 - O Presidente da Direção é o Presidente do CECPC-CICPC.

2 - Compete-lhe, nomeadamente:

a) Convocar e dirigir as reuniões da Direção, tendo direito a voto de qualidade;

b) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos e os regulamentos em vigor, a legislação aplicável e as deliberações dos órgãos do CECPC-CICPC;

c) Promover o funcionamento regular de todos os órgãos e disponibilizar-lhes os meios de que o CECPC-CICPC dispõe;

d) Representar o CECPC-CICPC;

e) Designar representantes do CECPC-CICPC, tendo em conta o estabelecido na alínea i) do nº 1 do artigo 12.º;

f) Decidir sobre o expediente geral do CECPC-CICPC.

3 - O Presidente do CECPC-CICPC pode delegar competências no Vice-Presidente e fazer-se representar por este, nomeadamente em manifestações de carácter profissional, social,

k) Decidir o proponer, según los casos, sobre todos los asuntos en relación a los que, con arreglo a la ley o en virtud de los presentes Estatutos y reglamentos, sea competente.

2 - La Junta Directiva puede delegar en el Presidente del CECPC-CICPC las competencias previstas en las letras a), b), e) y k) del punto anterior.

3 - En caso de necesidad y urgencia, el Presidente del CECPC-CICPC podrá asumir cualquiera de las competencias atribuidas a la Junta Directiva, siempre que, no reuniéndose la misma, sean oídos los restantes miembros de la Junta Directiva y al menos dos de ellos manifiesten, por escrito, su aprobación.

Artículo 13

Presidente del CECPC-CICPC

1. El Presidente de la Junta Directiva es el Presidente del CECPC-CICPC.

2. Le compete, en particular:

a) Convocar y dirigir las reuniones de la Junta Directiva, pudiendo utilizar el voto de calidad;

b) Cumplir y hacer cumplir los Estatutos y los reglamentos en vigor, la legislación aplicable y las decisiones de los órganos del CECPC-CICPC;

c) Promover el funcionamiento regular de todos los órganos y poner a su disposición los medios de los que disponga el CECPC-CICPC;

d) Representar al CECPC-CICPC;

e) Designar representantes del CECPC-CICPC, teniendo en cuenta lo establecido en la letra i) del punto 1 del artículo 12;

f) Decidir sobre el funcionamiento ordinario general del CECPC-CICPC.

3. El Presidente del CECPC-CICPC podrá delegar competencias en el Vicepresidente y hacerse representar por él, especialmente en manifestaciones de carácter profesional, social,



ESTATUTO

científico e cultural.

- 4 - Nas suas ausências e impedimentos temporários o Presidente do CECPC-CICPC é substituído pelo Vice-Presidente da Direção, o qual assumirá, enquanto durar a ausência ou impedimento daquele, a designação de Presidente em exercício, e comunicará tal facto a todos os membros e observadores do CECPC-CICPC, bem como aos membros dos órgãos sociais.
- 5 - O Presidente do CECPC-CICPC tem polo de qualidade nas reuniões de Direção a que preside.

SECÇÃO IV Secretaria-Geral

Artigo 14.º Secretaria-Geral do CECPC-CICPC

- 1 - A Secretaria-Geral é o órgão permanente de apoio institucional, técnico e administrativo à Direção do CECPC-CICPC.
- 2 - A Secretaria-Geral é constituída por três Secretários, designados da seguinte forma no final de cada Encontro do CECPC-CICPC:
 - a) Membro do País Sede;
 - b) Membro organizador do último Encontro;
 - c) Membro organizador do próximo Encontro.
- 3 - O Secretário-Geral será o membro organizador do próximo Encontro do CECPC-CICPC.
- 4 - A Secretaria-Geral pode ser assessorada por um Comité Técnico de colaboradores de cada um dos seus membros, desde que tal não signifique custos para o CECPC-CICPC.
- 5 - Compete nomeadamente à Secretaria-Geral:
 - a) Executar os mandatos que recebe da Direção;
 - b) Assessorar a Direção, Conselho Fiscal e Assembleia-Geral;
 - c) Organizar e redigir os documentos, atas e declarações relativos ao CECPC-CICPC;

científico y cultural.

4. En sus ausencias e impedimentos temporales el Presidente del CECPC-CICPC será sustituido por el Vicepresidente de la Junta Directiva, quien asumirá, mientras dure dicha ausencia o impedimento, la designación de Presidente en ejercicio, y comunicará ese hecho a todos los miembros y observadores del CECPC-CICPC, así como a los miembros de los órganos sociales.
5. El Presidente del CECPC-CICPC tendrá voto de calidad en las reuniones de la Junta Directiva a que preside

SECCIÓN IV Secretaría General

Artículo 14 Secretaría General del CECPC-CICPC

1. La Secretaría General es el órgano permanente de apoyo institucional, técnico y administrativo de la Junta Directiva del CECPC-CICPC
2. La Secretaría General estará constituida por tres Secretarios designados de la siguiente forma al finalizar cada Encuentro del CECPC-CICPC:
 - a. Miembro del país sede
 - b. Miembro del país organizador del último Encuentro
 - c. Miembro organizador del próximo Encuentro
3. El Secretario General será el miembro organizador del próximo Encuentro del CECPC-CICPC.
4. La Secretaría General podrá ser asesorada por un comité técnico de colaboradores de cada uno de sus miembros siempre y cuando no suponga coste alguno para el CECPC-CICPC
5. Compete a la Secretaría General, en particular:
 - a) Ejecutar los mandatos que reciba de la Junta Directiva
 - b) Asesorar a la Junta Directiva, Comité de Auditoría y a la Asamblea General
 - c) Organizar y redactar los documentos, actas y declaraciones relativos al CECPC-CICPC



ESTATUTO

- | | |
|--|--|
| <p>d) Organizar o Encontros anuais e Assembleias-Gerais;</p> <p>e) Colaborar na organização do Congresso de Engenharia Civil de Língua Portuguesa e Castelhana;</p> <p>f) Manter portal do CECPC-CICPC na Internet;</p> <p>g) Manter atualizada toda a informação e registos inerentes a cada membro;</p> <p>h) Divulgar documentos, eventos e outros assuntos de interesse dos membros;</p> <p>6 - A Secretaria Geral reunirá periodicamente pelo menos duas vezes entre cada Encontro do CECPC-CICPC.</p> <p>7 - Nas suas ausências e impedimentos temporários o Secretário-Geral do CECPC-CICPC é substituído pelo Secretário membro do país sede, o qual assumirá, enquanto durar a ausência ou impedimento daquele, a designação de Secretário-Geral em exercício, e comunicará tal facto a todos os membros do CECPC-CICPC, bem como aos membros dos órgãos sociais.</p> | <p>d) Organizar los Encuentros anuales y demás Asambleas Generales;</p> <p>e) Colaborar en la organización de los Congresos de Ingeniería Civil de Lengua Portuguesa y Castellana;</p> <p>f) Mantener el portal en Internet del CECPC-CICPC;</p> <p>g) Mantener actualizada toda la información y registros inherentes a cada miembro ;</p> <p>h) Divulgar documentos, eventos y otros asuntos de interés de los asociados;</p> <p>6. La Secretaría General se reunirá periódicamente y al menos dos veces entre dos sucesivos Encuentros del CECPC-CICPC.</p> <p>7. En sus ausencias e impedimentos temporales, el Secretario General del CICPC será sustituido por el Secretario designado por el miembro del país sede, quien asumirá, mientras dure dicha ausencia o impedimento, la designación de Secretario General en ejercicio, y comunicará ese hecho a todos los miembros del CECPC-CICPC, así como a los miembros de los órganos sociales.</p> |
|--|--|

SECÇÃO VI Conselho Fiscal

Artigo 15.º Conselho Fiscal

- 1 - O Conselho Fiscal é composto pelo Presidente e por dois Secretários, todos eles de distintos países.
- 2 - Os representantes dos membros integrantes do Conselho Fiscal, são obrigatoriamente os Presidentes em exercício das respetivas entidades.
- 3 - Compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o relatório e contas e apreciar a atividade financeira do CECPC-CICPC.
- 4 - Os membros do Conselho Fiscal não podem coincidir com os membros da Direção.

SECCIÓN VI Comité de Auditoría

Artículo 15. Comité de Auditoría

- 1 - El Comité de Auditoría está compuesto por el Presidente y por dos Secretarios, todos de ellos de distintos países.
- 2 - Todos los representantes de los miembros integrantes del Comité de Auditoría serán obligatoriamente los Presidentes en ejercicio de las respectivas entidades.
- 3 - Compete al Comité de Auditoría emitir su dictamen sobre el informe y cuentas y examinar la actividad financiera del CECPC-CICPC.
- 4 - Los miembros del Comité de Auditoría no podrán coincidir con los miembros de la Junta Directiva.



ESTATUTO

CAPÍTULO V

Vinculação do CECPC-CICPC

Artigo 16.º Vinculação

- 1- O CECPC-CICPC vincula-se pela assinatura conjunta do Presidente e do Vice-Presidente ou pela de mandatário ou mandatários, mas nestes últimos casos nos termos expressos no mandato.
- 2- A Assembleia-Geral pode determinar que, para certos atos, seja suficiente a assinatura do Presidente do CECPC-CICPC.

CAPÍTULO VI

Reuniões e deliberações dos órgãos sociais

Artigo 17.º Reuniões

- 1- A Assembleia-Geral reúne, ordinariamente, no Encontro anual do CECPC-CICPC, para discutir e votar o relatório do exercício anterior e discutir e votar o plano de atividades do exercício seguinte.
- 2- A Assembleia-Geral reúne também ordinariamente, de três em três anos, para eleger o Presidente do CECPC-CICPC e os restantes membros dos órgãos sociais.
- 3- Da ordem de trabalhos das Assembleias-Gerais ordinárias podem constar outras matérias para deliberação, desde que submetidas pela Direção, ou por pelo menos, cinco membros do CECPC-CICPC.
- 4- A Assembleia-Geral reúne extraordinariamente, por requerimento escrito, dirigido ao Presidente do CECPC-CICPC, por, no mínimo, cinco membros de pleno direito do CECPC-CICPC, ou pela Direção ou pelo Presidente do CECPC-CICPC.
- 5- Das ordens de trabalhos das Assembleias-Gerais ordinárias ou extraordinárias deve constar a

CAPÍTULO V

Vinculación del CICPC

Artículo 16 Vinculación

- 1- El CICPC se vincula por la firma conjunta del Presidente y del Vicepresidente, o por la de apoderado o apoderados, pero en estos últimos casos en los términos expresados en el mandato.
- 2- La Asamblea General puede determinar que, para ciertos actos, sea suficiente con la firma del Presidente del CECPC-CICPC.

CAPÍTULO VI

Reuniones y decisiones de los órganos sociales

Artículo 17 Reuniones

- 1- La Asamblea General se reúne, ordinariamente, en el Encuentro que se celebra una vez al año, para discutir y votar el informe del ejercicio anterior y discutir y votar el plan de actividades del ejercicio siguiente.
- 2- La Asamblea General se reúne también ordinariamente, de tres en tres años, para elegir al Presidente del CECPC-CICPC y a los restantes miembros de los órganos sociales.
- 3- En el orden del día de las Asamblea Generales ordinarias pueden constar otras materias para decisión, siempre que sean sometidas por la Junta Directiva o por, al menos, cinco miembros del CECPC-CICPC.
- 4- La Asamblea General se reúne extraordinariamente siempre que lo exijan los Estatutos, por decisión de la Junta Directiva o por requerimiento escrito dirigido al Presidente del CECPC-CICPC, por al menos cinco miembros de pleno derecho del CECPC-CICPC, o por la Junta Directiva o por el Presidente del CECPC-CICPC
- 5- En los órdenes del día de las Asamblea Generales ordinarias o extraordinarias debe constar la



ESTATUTO

admissão de novos membros do CECPC-CICPC, sempre que existam propostas para o efeito.

- 6- A Direção reúne ordinariamente sempre que o Presidente do CECPC-CICPC considerar conveniente, ou a pedido de três dos seus membros, de preferência na Sede do CECPC-CICPC.
- 7- As reuniões das Assembleias-Gerais e da Direção podem realizar-se com a participação efetiva de membros através de meios audiovisuais, tendo as deliberações tomadas plena validade, devendo constar da respetiva ata os membros que participaram e votaram através dos referidos meios.

Artigo 18.º Deliberações

- 1 - O quórum mínimo para deliberações dos órgãos sociais será:
 - a) De maioria absoluta dos membros de pleno direito na Assembleia-Geral, em primeira convocatória;
 - b) De um terço dos membros de pleno direito na Assembleia-Geral, após uma hora de se verificar a falta de quórum referida na alínea a);
 - c) De dois terços dos membros de pleno direito na assembleia-Geral quando se trate de deliberar em matéria de modificação de Estatuto, eleições e dissolução ou liquidação do CECPC-CICPC;
 - d) De metade mais um dos membros na Direção e Conselho Fiscal.
- 2 - As deliberações dos órgãos sociais são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes, a um voto por país membro de pleno direito.
- 3 - Em matéria de modificação de Estatuto, eleições e dissolução ou liquidação do CECPC-CICPC, a cada país caberá o exercício de um voto, independente do número de associações desse país que sejam

admisión de nuevos miembros del CECPC-CICPC, siempre que existan propuestas a ese efecto.

- 6- La Junta Directiva se reunirá a iniciativa del Presidente del CECPC-CICPC, o a petición de tres de sus miembros, preferentemente en la Sede del CECPC-CICPC.
- 7- Las reuniones de las Asamblea Generales y de la Junta Directiva podrán realizarse con la participación efectiva de miembros a través de medios audiovisuales, considerándose en tal caso a sus miembros presentes y teniendo las deliberaciones tomadas plena validez, debiendo constar en la respectiva acta los miembros y observadores que participaron y votaron a través de dichos medios.

Artículo 18 Adopción de Acuerdos

- 1 - El quórum para la adopción de acuerdos será:
 - a) De mayoría absoluta de los miembros de pleno derecho en la Asamblea General, en primera convocatoria;
 - b) De un tercio de los miembros de pleno derecho en la Asamblea General, después de una hora de comprobarse la falta de quórum determinada en la alínea a);
 - c) De dos tercios de los miembros de pleno derecho en la Asamblea General para deliberar en el caso de la modificación del Estatuto, elecciones y la disolución o liquidación del CECPC CICPC;
 - d) De la mitad más uno de los miembros de la Dirección y del Consejo de Gestión.
- 2 - Las adopciones de acuerdos de los órganos sociales serán tomadas por mayoría absoluta de votos de los miembros presentes, limitados a un voto por miembro de pleno derecho
- 3 - En materias de modificación de Estatutos, elecciones y disolución y liquidación del CECPC-CICPC, a cada país le corresponderá el ejercicio de un voto, con independencia del número de asociaciones de ese



ESTATUTO

membros do CECPC-CICPC.

- 4 - Os membros transnacionais não têm direito de voto nas matérias especificadas no número anterior.
- 5 - Na existência de mais de um membro de pleno direito por país, o voto corresponderá ao membro que tenha capacidade de regulação do exercício profissional do seu país.
- 6 - Caso não se verifique o ponto anterior, será necessária a unanimidade dos votos dos dois membros de cada país, sob pena de esse voto não ser considerado válido.

Artigo 19.º Convocatórias

- 1 - As convocatórias da Assembleia-Geral são assinadas pelo Presidente do CECPC-CICPC e devem indicar por forma precisa os assuntos da ordem de trabalhos, o local, o dia e a hora da reunião; são afixadas na sede e inseridas no *site* do CECPC-CICPC, e deverão ser remetidas a cada um dos membros e ainda a todos os órgãos sociais, por correio registado ou eletrónico, com a antecedência mínima de 30 dias sobre a data da reunião.
- 2 - As convocatórias dos restantes órgãos são efetuadas pelos respetivos Presidentes, nos termos que forem definidos por aqueles.

CAPÍTULO VII Substituição

Artigo 20.º Substituição

- 1 - No caso de escusa, renúncia, perda do mandato, ou impedimento justificado permanente de:
 - a) Presidente do CECPC-CICPC: o substituto é o Vice-Presidente, até que seja eleito um novo Presidente pela Assembleia-Geral;
 - b) Vice-Presidente ou Vogal da Direção: o cargo fica em vacatura até à realização da próxima

país que sean miembros del CECPC-CICPC.

- 4 - Los miembros transnacionales no tendrán derecho de voto en las materias especificadas en el punto anterior.
- 5 - Cuando existan de más de un miembro de pleno derecho por país, el voto corresponderá al miembro que tenga atribuida la regulación de la profesión.
- 6 - Caso no se verifique el punto anterior, será necesaria la unanimidad de los dos miembros del país para la validez del voto, o no será considerado.

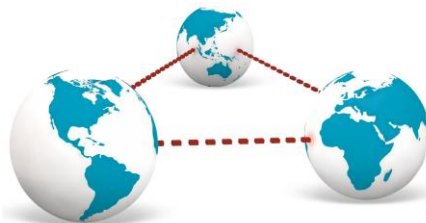
Artículo 19 Convocatorias

- 1 - Las convocatorias de la Asamblea General serán firmadas por el Presidente del CECPC-CICPC y deberán indicar de forma precisa los asuntos del orden del día, el lugar, el día y la hora de la reunión; serán fijadas en la sede y publicadas en el sitio web del CECPC-CICPC, y deberán ser remitidas a cada uno de los miembros y también a todos los órganos sociales, por correo certificado o electrónico, con una antelación mínima de treinta días en relación a la fecha de la reunión.
- 2 - Las convocatorias de los restantes órganos serán efectuadas por los respectivos Presidentes, con arreglo a lo definido por ellos.

CAPÍTULO VII Sustitución

Artículo 20. Sustitución

- 1 - En caso de renuncia del miembro que ostente cualquier cargo de los órganos sociales, la sustitución se realizará como sigue:
 - a) Presidente del CECPC-CICPC: el sustituto será el Vicepresidente hasta la elección de un nuevo Presidente por la Asamblea General;
 - b) Vicepresidente o Vocal de la Junta Directiva: el puesto quedará vacante hasta la elección en la



ESTATUTO

Assembleia Geral;

- c) Presidente do Conselho Fiscal: o substituto por sorteio é um dos secretários, até que seja eleito um novo Presidente pela Assembleia-Geral;
 - d) Secretário do Conselho Fiscal: o cargo fica em vacatura até à realização da próxima Assembleia-Geral.
- 2 - Os eleitos ou designados em substituição, completam os mandatos dos substituídos.
- 3 - As substituições referidas nos números anteriores são comunicadas a todos os membros do CECPC-CICPC.
- 4 - Nas suas ausências e impedimentos temporários os Presidentes dos órgãos sociais do CECPC-CICPC, são substituídos por um membro que a eles pertencente, por escolha dos restantes membros desse órgão.

CAPÍTULO VIII **Receitas e despesas**

Artigo 21.º **Receitas**

- 1 - O CECPC-CICPC não tem receitas próprias provenientes de quaisquer jónias ou quotizações.
- 2 - No âmbito da atividade da CECPC-CICPC, podem constituir receitas próprias de cada membro ou membros que assumam a organização das reuniões, Assembleias-Gerais, ou Encontros Anuais:
 - a) As entregas voluntárias, de carácter suplementar, dos seus membros;
 - b) As doações e legados, efetuados por quaisquer pessoas;
 - c) Os subsídios e patrocínios que lhe sejam concedidos;
 - d) Os rendimentos de bens próprios, nomeadamente

Asamblea General;

- c) Presidente del Comité de Auditoría: será sustituido por uno de los Secretarios del Comité elegido por sorteo.
 - d) Secretarios del Comité de Auditoría: La plaza quedará vacante hasta su elección en la Asamblea General.
- 2 - Los elegidos o designados en sustitución, completan los mandatos de los sustituidos.
- 3 - Las sustituciones mencionadas en los puntos anteriores serán comunicadas a todos los miembros del CECPC-CICPC.
- 4 - En sus ausencias e impedimentos temporales, los Presidentes de los órganos sociales del CECPC-CICPC, serán sustituidos por un miembro a ellos perteneciente, que fuere escogido por los restantes miembros del órgano.

CAPÍTULO VIII **Ingresos y gastos**

Artículo 21 **Ingresos**

- 1 - El CECPC-CICPC no cuenta con ingresos propios provenientes del pago de cualquier tipo de inscripciones o cotizaciones.
- 2 - En el ámbito de la actividad de la CECPC-CICPC, pueden constituir ingresos propios de cada miembro o miembros que asuman la organización de las reuniones, Asamblea Generales o Encuentros Anuales:
 - a) Las aportaciones voluntarias, de carácter suplementario, de sus miembros;
 - b) Las donaciones y legados, efectuados por cualquier persona;
 - c) Las subvenciones y patrocinios que le sean concedidos;
 - d) Los rendimientos de bienes propios, especialmente



ESTATUTO

de depósitos bancários;

- e) O produto da realização de eventos científicos, técnicos, profissionais, culturais ou sociais, que leve a efeito;
- f) A venda de publicidade;
- g) O produto das demais atividades do CECPC-CICPC canalizado para o financiamento das atividades referidas.

Artigo 22.º

Despesas

- 1 - As despesas relativas às deslocações e estadias dos membros devem ser suportadas pelo membro que procedeu à respetiva designação.
- 2 - As despesas necessárias para acolhimento local das reuniões, Assembleias-Gerais ou Encontros Anuais e Congressos, serão suportadas pelo membro, ou membros que assumam a sua organização.
- 3 - As restantes despesas de funcionamento corrente do CECPC-CICPC serão assumidas pelos membros que assumam funções nos Órgãos Sociais.

CAPÍTULO IX

Dissolução e liquidação

Artigo 23.º

Dissolução e liquidação

A proposta de dissolução e liquidação do CECPC-CICPC deve ser aprovada pela Assembleia-Geral, em reunião extraordinária, convocada para esse efeito, por pelo menos, dois terços dos seus membros de pleno direito presentes.

CAPÍTULO X

Disposições finais e transitórias

Artigo 24.º

Modificação dos Estatutos

A Direção, o Presidente do CECPC-CICPC ou qualquer membro de pleno direito do CECPC-CICPC poderão propor à Assembleia-Geral modificações dos estatutos,

de depósitos bancarios;

- e) El producto de la realización de eventos científicos, técnicos, profesionales, culturales o sociales, que lleve a efecto;
- f) La venta de publicidad;
- g) El producto de las demás actividades del CECPC-CICPC canalizado hacia la financiación de las mencionadas actividades.

Artículo 22

Gastos

- 1 - Los gastos relativos a los desplazamientos y estancias de los miembros correrán a cargo del miembro que procedió a la respectiva designación.
- 2 - Los gastos necesarios para la acogida local de las reuniones, Asamblea Generales, Encuentros Anuales y Congresos, correrán a cargo del miembro, o miembros, que asuman su organización.
- 3 - Los restantes gastos de funcionamiento corriente del CECPC-CICPC serán asumidos por los miembros que asuman funciones en los órganos sociales.

CAPÍTULO IX

Disolución y liquidación

Artículo 23

Disolución y liquidación

La propuesta de disolución y liquidación del CECPC-CICPC debe ser aprobada por la Asamblea General, en reunión extraordinaria, convocada a tal efecto, por al menos dos tercios de sus miembros de pleno derecho presentes.

CAPÍTULO X

Disposiciones finales y transitorias

Artículo 24

Modificación de los Estatutos

La Junta Directiva, el Presidente del CECPC-CICPC o cualquier miembro de pleno derecho del CECPC-CICPC podrán proponer a la Asamblea General modificaciones



ESTATUTO

sendo necessário, para aprovação das mesmas, que as propostas obtenham o voto favorável de pelo menos dois terços dos seus membros de pleno direito presentes.

Artigo 25.º Regulamentos Internos

A Direção propõe à Assembleia-Geral a aprovação dos regulamentos que tenha por conveniente para a boa prossecução dos objetivos e funcionamento do CECPC-CICPC.

Artigo 26.º Línguas oficiais

- 1 - As línguas oficiais e de trabalho do CECPC-CICPC são o português e o castelhano.
- 2 - Todos os documentos são obrigatoriamente realizados em edição bilingue.

Artigo 27.º Órgãos constituintes

- 1 - Até à eleição e posse dos órgãos eleitos e cargos do CECPC-CICPC, previstos nos presentes estatutos, designa-se uma Comissão Diretora (baseada no 1.º Encontro do CECPC-CICPC) e um Conselho Fiscal provisório, escolhidos em Assembleia-Geral a fim de assegurar o funcionamento da CECPC-CICPC, coordenar as suas atividades e organizar os próximos Encontros.
- 2 - Compete ao Presidente da Comissão Diretora, convocar e organizar as eleições previstas nos presentes estatutos e dar posse aos membros eleitos.
- 3 - Com a posse dos membros eleitos para os órgãos e cargos da CICPC a Comissão Diretora cessa as suas funções.

Artigo 28.º Entrada em vigor

O presente Estatuto entra em vigor no momento da sua aprovação, em Braga (PT), a 14 de Março de 2013.

de los Estatutos, siendo necesario, para su aprobación, que las propuestas obtengan el voto favorable de por lo menos dos tercios de sus miembros de pleno derecho presentes.

Artículo 25 Reglamentos Internos

La Junta Directiva propondrá a la Asamblea General la aprobación de los reglamentos que tenga por conveniente para la buena consecución de los objetivos y funcionamiento del CECPC-CICPC

Artículo 26 Lenguas oficiales

- 1 - Las lenguas oficiales y de trabajo del CECPC-CICPC son el portugués y el castellano.
- 2 - Todos los documentos objeto de discusión o acuerdo serán publicados en ediciones bilingües.

Artículo 27 Órganos Constituyentes

- 1 - Hasta la elección y toma de posesión de los órganos electos y cargos del CECPC-CICPC, previstos en los presentes Estatutos, se designará una Comisión Rectora (basada en el 1.er Encuentro de la CECPC-CICPC) y un Consejo Fiscal provisional, escogidos en Asamblea General a fin de asegurar el funcionamiento de la CICPC, coordinar sus actividades y organizar los próximos Encuentros.
- 2 - Compete a la Junta Rectora convocar y organizar las elecciones previstas en los presentes Estatutos e dar pose a los miembros elegidos.
- 3 - Con la pose de los miembros elegidos para los órganos y cargos del CECPC-CICPC, la Junta Directiva cesa funciones.

Artículo 28. Entrada en vigor

Los presentes Estatutos entrarán en vigor en el momento de su aprobación en Braga el 14 de Marzo de 2013.



CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E CASTELHANA
CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA

ESTATUTO

Artigo 29.º **Revogação**

O presente Estatuto revoga o Estatuto aprovado em Brasília (BR), em 4 de Dezembro de 2008, no âmbito do 2.º Encontro do CECPC-CICPC.

Aprovado em Braga (PT), em 14 de Março de 2013, no âmbito do 4º Encontro do CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E CASTELHANA

Assinam os representantes de todas as associações subscritoras, indicando o nome da Associação.

Artículo 29. **Disposición derogatoria**

Los presentes Estatutos derogan los aprobados en Brasilia (BR) el 4 de diciembre de 2008, en el ámbito del 2º Encuentro del CECPC-CICPC.

Aprobado en Braga (PT), el 14 de marzo de 2013, en el ámbito del 4º Encuentro deL CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA

Firman los representantes de todas las asociaciones suscriptoras, indicando el nombre de la Asociación.